

**ACORDOS E POLÍTICAS DE LENIÊNCIA:
CONTRIBUIÇÃO PARA O DIÁLOGO
E A HARMONIZAÇÃO**

ORGANIZADORES:

**José Inácio F. de Almeida Prado Filho
Bruna Sellin Trevelin**

Autores: Aluisio Miele, Amanda Fabbri Barelli, Andrea Astorga, Beatriz Cravo, Beatriz F. França, Bruna Anklam, Bruna Sellin Trevelin, Camila Manfredini de Abreu, Carolina Ruiz, Carolina Saito, Denis Alves Guimarães, Diogo R. Coutinho, Eduardo Molan Gaban, Fernanda Dalla Valle Martino, Guilherme Ribas, Guilherme Misale, Isadora Postal Telli, Jéssica Ferreira, José Inácio F. de Almeida Prado Filho, Josie Menezes Barros, Julia Krein, Juliana Oliveira Domingues, Lucia Helena de Jesus, Luiz Guilherme Branco, Luiza Andrade Machado, Luiza Kharmandayan, Marcelo Queiroga, Miguel Garzeri Freire, Mylena A. Matos, Paula M. R. Bernini, Pedro Paulo Salles Cristofaro, Priscila Viola Foureaux, Raquel de Mattos Pimenta, Ricardo Botelho, Ricardo Pastore, Tatiane Kimie Siqui, Vinicius da Silva Ribeiro.

1.ª edição

**São Paulo
2020**

EDITORA ● SINGULAR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

A185 Acordos e políticas de leniência : contribuição para o diálogo e a harmonização [recurso eletrônico] / organizadores José Inácio F. de Almeida Prado Filho e Bruna Sellin Trevelin. – 1. ed. – São Paulo: Singular, 2020.
Dados eletrônicos (e-Pub).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86352-11-5

1. Acordo de leniência – Brasil. 2. Corrupção – Legislação – Brasil. 3. Improbidade administrativa – Legislação – Brasil. 4. Concorrência – Legislação. 5. Cartéis – Legislação. I. Prado Filho, José Inácio F. de Almeida. II. Trevelin, Bruna Sellin. III. Título.

CDD 345.8102323

Coordenação editorial *José Carlos Busto*

Diagramação *Marcos Jundurian*

Capa *Dorival Lopes Junior*

Formato *16 x 23 cm*

Tipologia *Times New Roman*

Papel *Off-set 75g/m²*

Número de páginas *236*

Copyright © 2020 IBRAC –

Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência,

Consumo e Comércio Internacional

Todos os direitos dessa edição reservados à Editora Singular.

Este texto foi preparado pelos integrantes do Comitê de Regulação e Concorrência do IBRAC acima indicados, e foi fechado em 15 de abril de 2020.

O propósito desta iniciativa é de contribuir com o debate público sobre as políticas de leniência no Brasil.

SUMÁRIO

Lista de siglas	17
Prefácio	21
Introdução	25
1. Colaboração premiada	33
1.1. Infrações que podem ser objeto do Acordo de Colaboração Premiada	35
1.2. Legitimados a celebrar o Acordo de Colaboração Premiada..	35
1.3. Participação de outras autoridades na negociação e celebração do Acordo de Colaboração Premiada	37
1.4. Benefícios decorrentes da celebração do Acordo de Colaboração Premiada	38
1.5. Condições e obrigações para a celebração do Acordo de Colaboração Premiada	39
2. Acordos de leniência	41
2.1. Leniência Anticorrupção (Lei 12.846/2013).....	42
2.1.1. Infrações previstas na Lei Anticorrupção	43
2.1.2. Legitimados a celebrar o Acordo de Leniência Anticorrupção	43
2.1.3. Participação de outras autoridades na negociação e celebração do Acordo de Leniência Anticorrupção	44
2.1.4. Participação da AGU	45
2.1.5. Participação do Ministério Público Federal	46
2.1.6. Participação do Tribunal de Contas da União	48
2.1.7. Participação dos demais Tribunais de Contas.....	49
2.1.8. Benefícios decorrentes da celebração do Acordo de Leniência Anticorrupção	50

Sumário

2.1.9. Condições e obrigações para celebração do Acordo de Leniência Anticorrupção.....	51
2.2. Leniência referente a infrações licitatórias.....	51
2.2.1. Infrações previstas na Lei Anticorrupção referentes a infrações licitatórias.....	52
2.2.2. Legitimados a celebrar o Acordo de Leniência referente a infrações licitatórias.....	53
2.2.3. Participação de outras autoridades na negociação e celebração do Acordo de Leniência referente a infrações licitatórias.....	53
2.2.4. Benefícios decorrentes da celebração do Acordo de Leniência referente a infrações licitatórias.....	54
2.2.5. Condições e obrigações para celebração do Acordo de Leniência referente a infrações licitatórias	54
2.3. Leniência Antitruste.....	55
2.3.1. Infrações que podem ser objeto dos acordos de leniência.....	59
2.3.2. Legitimados a celebrar o acordo de leniência concorrencial	60
2.3.3. Participação de outras autoridades na negociação e celebração do acordo de leniência concorrencial	62
2.3.4. Benefícios decorrentes da celebração do acordo de leniência concorrencial	63
2.3.5. Condições e as obrigações para a celebração do acordo de leniência concorrencial	67
2.3.6. Termo de Compromisso de Cessação.....	67
2.4. Acordo Administrativo em Processo de Supervisão.....	70
2.4.1. Infrações que podem ser objeto do Acordo Administrativo em Processo de Supervisão	72
2.4.2. Legitimados a celebrar o Acordo Administrativo em Processo de Supervisão.....	73
2.4.3. Participação de outras autoridades na negociação e celebração do Acordo Administrativo em Processo de Supervisão.....	75

2.4.4. Benefícios decorrentes da celebração do Acordo Administrativo em Processo de Supervisão	76
2.4.5. Condições e obrigações para a celebração do Acordo Administrativo em Processo de Supervisão	77
2.4.6. Termo de Compromisso.....	77
3. A experiência internacional em matéria de leniência antitruste	79
3.1. O programa de leniência concorrencial dos Estados Unidos	79
3.1.1. Autoridade competente.....	79
3.1.2. Tipos de Acordo de Leniência e Requisitos para sua Celebração.....	80
3.1.3. Fases de Negociação e Celebração do Acordo.....	84
3.1.4. Benefícios conferidos ao signatário do acordo.....	87
3.1.5. Interface com outras áreas.....	88
3.1.6. Cooperação com outras autoridades concorrenciais estrangeiras.....	89
3.2. O programa de leniência da União Europeia.....	89
3.2.1. Autoridade competente.....	89
3.2.2. Tipos de Acordo de Leniência e Requisitos para sua Celebração.....	92
3.2.3. Fases de Negociação e Celebração do Acordo.....	95
3.2.4. Benefícios conferidos ao signatário do acordo.....	98
3.2.5. Interface com outras áreas.....	99
3.2.6. Cooperação com outras autoridades concorrenciais.....	100
3.3. Programa de Leniência brasileiro em comparação com os programas dos Estados Unidos e da União Europeia.....	102
3.3.1. Autoridade competente.....	102
3.3.2. Tipos de Acordo de Leniência e Requisitos para sua Celebração.....	103
3.3.3. Fases de Negociação e Celebração do Acordo.....	107
3.3.4. Benefícios conferidos ao Beneficiário da Leniência	108
3.3.5. Interface com outras áreas.....	109
3.3.6. Cooperação com outras autoridades concorrenciais.....	111

4. Elementos econômicos subjacentes. A experiência do Cade – acordos de leniência e TCC	113
4.1. Programas de Leniência: alicerces e efetividade.....	116
4.2. Efeito dissuasivo dos programas de leniência.....	117
4.3. A experiência do CADE – Acordos de leniência e o TCC.....	123
4.4. Breve comparação entre os programas de leniência antitruste e anticorrupção.....	129
5. A multiplicidade institucional nos acordos de leniência	135
5.1. A multiplicidade institucional sob a ótica da Administração Pública.....	135
5.2. Os desafios da multiplicidade institucional em acordos com autoridades.....	137
5.3. Colaborações institucionais em acordos de leniência.....	141
5.4. A colaboração institucional como um aprimoramento dos acordos de leniência.....	144
5.5. Contribuição ao debate: a política americana do “ <i>no piling on</i> ”.....	146
6. Cooperação internacional: instrumental e obstáculos	157
6.1. Cooperação internacional no Brasil em defesa dos mercados e no combate à corrupção e crimes financeiros.....	158
6.1.1. De Havana a Doha: breve histórico da concorrência no sistema multilateral.....	158
6.1.2. Cooperação internacional no contexto da corrupção e crimes financeiros.....	164
6.2. O CADE e seus instrumentos de cooperação internacional... ..	174
6.2.1. O Brasil e a teoria dos efeitos.....	174
6.2.2. Acordos de cooperação: MLATs e MOUs.....	174
6.2.3. Mecanismos informais de cooperação internacional....	179
6.2.4. Obstáculos à cooperação internacional no ordenamento jurídico brasileiro em âmbito concorrencial.....	179
6.2.5. Cartel: ilícito administrativo e criminal.....	182

6.2.6. Cartel de compressores de ar -- caso paradigmático de jurisdições distintas e sistemas repressivos distintos.....	183
6.3. Ministério Público Federal e o combate à corrupção a nível internacional	186
6.3.1. A Operação Lava Jato: discussões acerca do tema do combate à corrupção.....	188
6.3.2. Os acordos de leniência firmados pelo MPF e a cooperação internacional	189
6.4. Cooperação internacional na CGU.....	192
6.5. Atuação da Advocacia-Geral da União – AGU nos procedimentos de cooperação internacional no combate à corrupção e recuperação de ativos.....	195
6.6. Cooperação internacional no Mercado financeiro	198
6.6.1. Infrações puníveis pela CVM.....	198
6.6.2. Acordos e tratados internacionais sobre mercado financeiro no âmbito da CVM	199
6.6.3. Banco Central e Cooperação Internacional	201
6.6.4. Considerações finais	203
Conclusão: Colaboração institucional.....	207
Considerações finais sobre CADE, BCB, CVM e POL	213
Considerações finais sobre CGU, AGU e TCU	213
Considerações finais sobre MP e Judiciário	215
Considerações finais sobre cooperação internacinal.....	218
Bibliografia	221
Sobre o IBRAC.....	235